

**Infância, história e testemunho:
“O diário de Anne Frank” e uma cultura da memória da Shoah**

*Childhood, history and testimony:
“Anne Frank's diary” and a culture of Shoah memory*

José dos Santos COSTA JÚNIOR¹
Raquel Silva MACIEL²

Resumo

A partir da leitura do *Diário de Anne Frank* (1947) problematiza-se como o testemunho de uma adolescente foi articulado em uma cultura da memória sobre a Shoah. Sendo uma fonte relevante para a história dos direitos humanos no século XX, procuramos pensar o testemunho e a escrita de si como indícios que permitem analisar a política da memória e os efeitos históricos do totalitarismo sobre a infância e a subjetividade. Fomentando o diálogo da Historiografia com a Crítica Literária, o texto mobiliza reflexões de autores como Paul Ricoeur, Márcio Seligmann-Silva, Jorge Larrosa e Ângela de Castro Gomes para historicizar o testemunho e a rede na qual ele foi urdido como um monumento que dá a ler e faz pensar acerca das dinâmicas que marcaram a Segunda Guerra Mundial.

Palavras-chave: Escrita da história. Historiografia. Infância. Testemunho.

Abstract

From the reading of *Anne Frank's Diary* (1947), it is questioned how the testimony of a teenager was articulated in a culture of memory about Shoah. Being a relevant source for the history of human rights in the twentieth century, we try to think of the testimony and writing of oneself as evidence that allows us to analyze the politics of memory and the historical effects of totalitarianism on childhood and subjectivity. Fostering the dialogue between Historiography and Literary Criticism, the text mobilizes reflections by authors such as Paul Ricoeur, Márcio Seligmann-Silva, Jorge Larrosa and Ângela de Castro Gomes to historicize the testimony and the network in which it was woven as a monument that gives read and make you think about the dynamics that marked the Second World War.

Keywords: History writing. Historiography. Childhood. Testimony.

¹ Doutorando no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). E-mail: josejunior@cecidh.org.br

² Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Ceará (UFC). E-mail: quequelpb@hotmail.com

Introdução

A história da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), do nazismo e do totalitarismo em espaços como a Alemanha e a União Soviética já foi longamente discutida, criticada, analisada e descrita, por isso o objetivo deste texto é partir de um testemunho pessoal para pensar questões que atravessam os acontecimentos e os horrores provocados pelo nazismo durante a Guerra. Para tanto, utilizamos como fonte *O diário de Anne Frank*, documento originalmente publicado em 1947, ainda que de forma parcial pelo seu pai Otto Frank.

Ao partir de uma fonte histórica deste tipo, pensamos na tensão que ela permite compreender entre a narrativa individual e o conjunto de demandas sociais, políticas e éticas que fez com que ao longo do tempo o diário se tornasse uma espécie de monumento crítico ao totalitarismo. Como nos sugere Michael Pollak (1989), o enquadramento das memórias ocorre dentro de um quadro social que molda, seleciona, organiza e viabiliza ou não a transmissão de narrativas que, neste caso, se deu por meio de uma escrita de si, um testemunho individual, o que confere materialidade e controle de certa dispersividade dessa narrativa no tempo (RICOEUR, 2007). O caráter arbitrário não somente da produção da memória por meio da tensão entre o individual e o coletivo, como analisa Maurice Halbwachs (2003), mas os meios pelos quais ela é difundida na relação entre gerações distintas, permite problematizar o estatuto “individual” do texto, pois ele sempre é urdido em redes sociais, afetivas, políticas em que questões coletivas, relações de força e percepções compartilhadas são agenciadas e mobilizadas no tempo. Assim, ao longo do texto problematizamos o fato de este relato ter sido elaborado por uma criança e nesse sentido a reflexão de Jorge Larrosa (2000) sobre infância e totalitarismo, mediando permanências e continuidades históricas, tornam-se relevantes para compreender porque em momentos como aquele vivido por Anne Frank o “enigma da infância” tende a ser sufocado, extirpado e eliminado.

Portanto, os investimentos feitos em torno desse diário acabaram por transformá-lo em uma espécie de manifesto em favor dos direitos humanos, uma vez que fora escrito por uma adolescente judia. Tal aspecto torna o diário alvo de investimento político e simbólico. Deste modo, este texto analisa o diário indagando sobre a rede que

o tornou possível como uma fonte histórica articulada às políticas de memória e aos usos do passado histórico do século XX.

A escrita de si, as políticas do testemunho e a inventividade da infância

O diário de Anne Frank caracteriza-se, primeiramente, como uma escrita de si, isto é, uma produção individual, localizada no tempo e no espaço, tendo como objetivo produzir um relato sobre fatos e acontecimentos que diziam respeito a uma pessoa em particular, vislumbrada como aquela que, como analisa Paul Ricoeur (2007, p. 56), “[...] confere materialidade aos rastros conservados, reanimados e novamente enriquecidos por depósitos inéditos. Faz-se provisão de lembranças para os dias vindouros, para o tempo dedicado às lembranças”. Ricoeur (2007) chama de produção de uma *memória sobressalente*, isto é, a possibilidade de tornar as lembranças mais sólidas e duradoras por meio de sua circulação escrita, diferente do que ocorreria com a memória que se propaga oralmente. Assim, tal escrita teria como função descrever e apresentar em detalhes as rotinas, os sentimentos, hábitos, desejos, frustrações, impressões e representações do mundo construídas por um sujeito específico. Por sua vez, Ângela de Castro Gomes (2004) afirma que os textos “auto-referenciais” têm se tornado um objeto da historiografia a partir do momento que permitem pensar uma série de questões sociais, políticas e culturais que têm nas narrativas individuais um espaço de significação e produção de sentidos.

Partindo d’*O diário de Anne Frank*, considerado como uma escrita de si, este texto problematiza reflexões em torno da voz de Anne como o símbolo de uma infância sufocada pela história das guerras e das violências que têm marcado o Ocidente. Apesar de essa não ser exatamente a questão que articula as linhas a seguir, ela também tem sua validade filosófica e histórica, uma vez que é sintomático pensar o fato de que a própria palavra infância traz em sua etimologia a marca do silenciamento. Considerando a historiografia um dizer sobre o outro e, portanto, uma enunciação possível a partir de um conjunto de referências alheias ao objeto de que se fala (CERTEAU, 2011), pode-se pensar sobre o objeto infância e em como a historiografia lida com as crianças, infâncias e outras alteridades do passado. Um primeiro impasse é que “enquanto objeto de estudo, a infância é sempre *um outro* em relação àquele que a nomeia e a estuda”, pois “as

palavras *infante*, *infância*³ e demais cognatos, em sua origem latina e nas línguas daí derivadas, recobrem um campo semântico ligado à ideia de *ausência de fala*” (LAJOLO, 1997, p. 229, grifos no original).

A infância⁴ é sempre dita, e por isso mesmo significada, pelo olhar do *outro* e – no caso da historiografia – tal olhar se materializa em uma escritura que assume um lugar de cientificidade. Mas a infância tem sido tomada como objeto do saber pelos intelectuais, ativistas políticos, pesquisadores, médicos e profissionais do Estado e muitas vezes a marca desse silenciamento etimológico se expressa como emudecimento político. Estes são (ou pelo menos têm sido) o *outrem* em relação à infância. E assim ela tem sido marcada historicamente por esta condição de mudez que não é uma ausência de fala natural, mas uma construção social e política. Portanto, é este o impasse: falar sobre um objeto mudo – ou melhor, que é fabricado culturalmente sob o signo da mudez.

Dita pela voz do *outro*, perscrutada pelo olhar alheio e enunciada em textos jurídicos, teorias pedagógicas, metodologias de ensino-aprendizagem, etc., assim tem sido marcada a infância enquanto objeto do saber (FREITAS & KUHLMANN JR, 2002). Se desde o século XIX a infância vinha se tornando objeto de estudo da Psiquiatria, Pedagogia entre outros campos (FOUCAULT, 1988), ao longo do século XIX ela passou a ser investigada de forma mais acentuada e sistematizada. Diferentes disciplinas, além de variados movimentos e organizações da sociedade civil, têm se empenhado em propor definições, políticas, pedagogias e modos de governar a infância (RIZZINI & PILOTTI, 2001). Nessa perspectiva,

a infância, desse ponto de vista, não é outra coisa senão o objeto de estudo de um conjunto de saberes mais ou menos científicos, a coisa apreendida por um conjunto de ações mais ou menos tecnicamente controladas e eficazes, ou a usuária de um conjunto de instituições mais ou menos adaptadas às suas necessidades, às suas características ou demandas (LARROSA, 2000, p. 184).

³ Remontando à origem etimológica do termo, Lajolo (1997, p. 324) aponta que “esta noção de infância como qualidade ou estado de *infante*, isto é, *d’aquela que não fala*, constrói-se a partir dos prefixos e radicais linguísticos que compõem a palavra: *in* = prefixo que indica negação; *fante* = participípio presente do verbo latino *fari*, que significa, *falar*, *dizer*”.

⁴ O filósofo Giorgio Agamben (2005) reflete sobre o significado de “eu falo”, considerando-se que o homem tem como marca de distinção com outros seres a linguagem articulada. Desse modo, pensa o sentido etimológico de infância e afirma a necessidade do estudo da “voz” enquanto problema filosófico que possibilita pensar a relação entre discurso e língua, voz e linguagem.

A nossa vontade de saber, como diz Larrosa (2000), tem o propósito de limitar este objeto e dar a explicação final sobre ele, ou pelo menos uma interpretação que crie foros de verdade e possibilite práticas de poder direcionadas para as infâncias. Por outro lado, este autor percebe a infância como algo muito mais inventivo e complexo do que pode supor o conjunto de especialistas e campos disciplinares que a abordam. Para Larrosa (2000) podemos ler a infância a partir de uma nova alteridade e assim poderemos percebê-la como *outro* que não conhecemos totalmente, e muitas vezes nem superficialmente. Deste modo, “a infância como um outro não é o objeto (ou o objetivo) do saber, mas é algo que escapa a qualquer objetivação e que se desvia de qualquer objetivo [...]” (LARROSA, 2000, p. 185). Talvez seja preciso ver a infância não como algo já dado, explicado e construído, mas entender a sua inventividade e fluidez, no sentido de que ela é sempre algo a mais do que nossos conceitos e modelos explicativos podem supor. Larrosa propõe que pensemos a infância como “enigma”, uma espécie de mistério, algo sempre digno do impulso da descoberta. Assim, “a infância, entendida como um outro, não é o que *já* sabemos, mas tampouco é o que *ainda* não sabemos” (LARROSA, 2000, p. 184, grifos no original).

Mas no caso de Anne Frank há uma diferença importante, pois o diário foi escrito por ela mesma, por uma criança em transição para juventude. Anne tomou a palavra e se pôs a escrever sobre o cotidiano de uma menina de pouco mais de dez anos. Por meio de sua narrativa podemos pensar a respeito dos seus valores, crenças, ideias, comportamentos, conflitos familiares e insatisfações afetivas, bem como acerca das expectativas em relação ao futuro. Pelo testemunho de Anne, pode-se pensar sobre a presença do nazismo e do antissemitismo como ameaças que foram ganhando cada vez mais espaço naquele momento.

O diário tornado monumento e o enigma da infância

Se a infância é tudo aquilo que ainda não sabemos, mas buscamos nomear e classificar, é possível pensar também nos registros produzidos pelas próprias crianças e jovens, de maneira que por meio desses registros seja possível analisar suas percepções e representações sobre o mundo. Se Anne Frank tomou a palavra para contar sua história este testemunho não chegou ao presente por simples obra do acaso, visto que participou historicamente de uma série de investimentos e conflitos diretamente ligados

a uma *cultura da memória* sobre a *Shoah*⁵. O fato ainda de o diário fazer parte de um conjunto de produções que são conceituadas sobre o nome de *literatura de testemunho* nos faz pensar sobre como esse relato foi articulado às narrativas acerca da *Shoah*, regendo-se ou não por princípios como o da fidelidade e da autenticidade do texto.

A literatura de testemunho relaciona termos como memória, narrativa e identidade, nos fazendo ver em que medida o sujeito que toma a palavra se constrói discursivamente por meio de sua narrativa. Anne Frank se pôs a escrever seu diário motivada pela sua solidão, mesmo estando cercada por sua família e demais companheiros no Anexo Secreto⁶. Daí o fato de nomear o seu diário com o nome de Kitty, uma amiga imaginária para quem Anne passou a relatar sua vida. Portanto, na ausência de alguém com quem pudesse partilhar suas angústias, ela criou imaginariamente uma pessoa com quem pudesse conversar. O diário opera como um objeto de articulação entre o *eu* solitário e o *outro* habilitado e disposto a ouvir. Posteriormente, Anne declara seu desejo de se tornar escritora e que o diário poderia ser lido por outras pessoas para que soubessem dos horrores da perseguição nazista.

A emergência da literatura de testemunho trouxe contribuições para o campo da teoria literária e dos estudos literários ao localizar essas narrativas de um modo diferente das duas grandes linhas que demarcavam a produção literária. Tais obras não visam à imitação seja da natureza, da história ou das ideias, nem tampouco a criação “absoluta” “[...] como na doutrina romântica que levou a busca da ‘arte pela arte’” (SELIGMANN-SILVA, 1998, p. 20). Assim, “sujeito e mundo são construídos simultaneamente através dessa literatura” e tal “movimento também pode ser percebido no atual *boom* não apenas de escritos de testemunho como também de Museus,

⁵ Optamos por utilizar a expressão *Shoah* e não Holocausto para referenciar o massacre de cerca de seis milhões de judeus durante a Segunda Guerra Mundial. Para Márcio Seligmann-Silva (1998) o debate dentro dos estudos da literatura do testemunho tem se preocupado com o uso dessas noções na medida em que elas denotam significações muito diversas. “Holocausto deriva do termo grego *holocáuston* que aparece na mais antiga versão grega da Bíblia. A dita ‘tradução dos setenta’, e que foi transcrito por São Jerônimo na Vulgata pelo termo *holocaustum*. Essa palavra significa “queimar totalmente” e era empregada para denominar o sacrifício ritual marcado pela imolação não apenas entre os judeus. No pós-guerra esse termo passou a ser empregado para designar o assassinato de judeus europeus nos campos de concentração nazistas. Essa denominação, no entanto, não é aceita por muitos estudiosos e pela maioria dos judeus. Esses negam que aquele morticínio possa ser considerado como sacrifício e muito menos reduzido como um fenômeno a mais na lista ascendente da história. Daí a opção pelo termo hebraico *Shoah*, ou *Shoa*, que quer dizer catástrofe, destruição, aniquilamento nazistas (*Endlösung*). Cf. Seligmann-Silva (1998, p. 16).

⁶ Ver *O diário de Anne Frank*, Sábado, 20 de junho de 1942.

monumentos, memoriais e novas modalidades de apropriação artística do espaço público” (SELIGMANN-SILVA, 1998, p. 20-21).

“Escritos à mão, materializados em papel e tinta, os diários eternizam, em folhas amareladas pela passagem do tempo, ideias, saberes, valores, acontecimentos e dizeres, além de fantasias, medos e experiências”. Assim, constituem “representações de um outro tempo que dão sentido ao mundo social, criando outras realidades” (CUNHA, 2015, p. 253). O diário originalmente pensado como espaço discursivo de construção de si pode vir a se tornar, dependendo das circunstâncias e usos sociais dessa narrativa, uma obra com ampla circulação, principalmente quando se trata de personalidades conhecidas ou mesmo quando foi escrito por indivíduos anônimos, mas que abordam acontecimentos históricos. Entretanto, como destaca Moroni (s/d), não é qualquer pessoa que se põe a escrever um diário que poderá contar com sua publicação em vida ou póstuma, uma vez que nos últimos anos a publicação de diários tem se tornado cada vez maior tendo em vista todo um investimento de discursos sobre a vida privada e a intimidade de artistas, esportistas, etc.

O fato de *O diário de Anne Frank* ter se tornado um sucesso de público se explica por outro motivo, que não a sua personalidade individualmente localizada: o diário trata de um acontecimento de relevância histórica singular e apresenta uma visão particular desse acontecimento. Foi o fato de permitir lançar outros olhares acerca da Segunda Guerra Mundial que faz dessa fonte um objeto de ampla circulação no mercado editorial mundial. Portanto, esse testemunho só chegou ao tempo presente devido às mediações que tornaram possível que aquelas folhas, inicialmente dispersas, se tornassem um livro, dotado de certa unidade, sendo graficamente orquestrado e editorialmente elaborado.

Anne começou a escrever seu diário – uma série de cadernos e páginas soltas – em forma de cartas dirigidas a uma amiga imaginária em 12 de junho de 1942, depois de ter ganhado como presente por seu 13º aniversário um caderno com capa de tecido xadrez vermelho e verde. Um mês depois, sua família foi viver no esconderijo que ela tão bem descreve. Em seis meses, o primeiro caderno estava completo e ela passou para um segundo, que se perdeu, e em seguida para mais dois. Estes registros, feitos conforme os dias transcorreram e em sua primeira versão, são conhecidos como a versão “A” e a última anotação data de 1º de agosto de 1944. [...]. A versão revisada por Anne, já considerando a possibilidade de publicação, é conhecida como a versão “B”. Ao mesmo em que reescrevia e passava a limpo as anotações que havia feito, corrigindo alguns parágrafos, eliminando

outros e adicionando dados resgatados da memória, continuou a escrever seu diário original. Em 4 de agosto do mesmo ano, o esconderijo foi descoberto e seus moradores, presos pelos nazistas. Anne ainda não havia completado sua revisão e morreu nos campos de concentração no ano seguinte. Miep Gies, uma das protetoras e amiga da família, guardou os cadernos sem lê-los e pretendia devolvê-los à jovem quando ela regressasse. Quando soube que Anne havia morrido, restituiu-os a seu pai, Otto Frank, que, encorajado por amigos, decidiu publicar uma versão da versão B com muitas modificações, na qual foram suprimidas passagens sobre a sexualidade da filha, as que traziam críticas à mãe ou ao relacionamento afetivo dos pais. Publicada na Holanda em 1947 pela primeira vez, com o título de *Het Achterhuis* e tiragem de 1.500 exemplares, esta tornou-se conhecida como a versão “C” e foi a que conferiu popularidade à obra e à história de Anne. Nesta primeira etapa do processo de edição, a pessoa responsável por trabalhar os diários foi Otto Frank. Embora a garota tivesse manifestado a intenção de publicar um livro baseado em seus diários, quem de fato toma a iniciativa de publicá-los e faz as alterações cabíveis é seu pai (MORONI, s/d, p. 7-8).

O processo de seleção de passagens dos textos do diário para sua transformação em livro e a sua publicação respaldada por Otto Frank e depois pela organização *Anne Frank Fonds* – que designou a escritora e tradutora alemã Mirjam Pressler⁷ para a função de organizar uma “edição definitiva” do diário – faz pensar que todo esse investimento compõe um *enquadramento da memória* (POLLAK, 1989), ocasionando um movimento de intervenções, seleções e instituição de critérios mediado por sujeitos autorizados a lidar com a memória daquela jovem adolescente. Assim, “todo trabalho de enquadramento de uma memória de grupos tem limites, pois ela não pode ser construída arbitrariamente” (POLLAK, 1989, p. 7), mas por predileções e intervenções. Portanto, para que fosse investido de sentido e simbolismo era necessário enquadrar, selecionar e organizar, isto é, compor uma imagem até certo ponto engessada de Anne coadunando com o desejo de seu pai de evitar a publicação de informações sobre os conflitos entre ela e sua mãe, o relacionamento afetivo que mantivera com Peter no Anexo Secreto, a sexualidade ou ainda as críticas que a jovem fizera ao relacionamento dos seus pais.

Após a morte de Otto Frank a *Fundação Anne Frank* passou a deter os direitos de publicação do diário e o testemunho, sendo este cada vez mais enquadrado e

⁷ Esta autora e tradutora “utilizou como base a versão editada por Otto e lhe adicionou extratos tanto da primeira quanto da segunda versão de Anne. A edição de Mirjam, aprovada pela Fundação Anne Frank e publicada em 1991, ampliou em cerca de 25% o livro” (MORONI, s/d, p. 10). Esta edição foi publicada em 1995 pela “editora Doubleday – agora parte da Random House, sediada em Nova York”, usando como jogada de *marketing* a expressão “edição definitiva” do diário, para lembrar o quinquagésimo aniversário de morte de Anne Frank.

mediado no âmbito de uma memória coletiva.⁸ A voz de Anne foi orquestrada e selecionada a partir de outros critérios que fizeram com que esse testemunho chegasse ao presente e fosse considerado um documento/monumento (LE GOFF, 2013) legítimo.⁹ Portanto, dizer que o testemunho de Anne Frank faz parte de uma *cultura da memória* sobre a *Shoah* significa em primeiro lugar que uma cultura da memória refere-se aos usos que se faz da memória no espaço público (FAULENBACH, 2010). Uma vez que as publicações do diário sempre tiveram o objetivo de tornar público o testemunho e as memórias de Anne, é possível perceber que o diário foi usado historicamente como um testemunho fidedigno e por isso mesmo capaz de ser tomado como fonte segura. O fato de o testemunho ter sido interrompido no momento em que ela parecia estar com esperanças de voltar à sua escola no mês de outubro¹⁰ gera mais comoção nos leitores. Pode-se ler o seguinte no posfácio de Mirjam Pressler:

Na manhã de 4 de agosto de 1944, entre dez e dez e meia, um carro parou na rua Prinsengracht, 263. Dele saíram várias figuras; um sargento da SS uniformizado, Karl Josef Silberbauer, e, no mínimo, três membros holandeses da Polícia de Segurança, armados, mas com roupas civis. Alguém deve ter delatado.

Eles prenderam as oito pessoas que estavam escondidas no Anexo, além de Victor Kugler e Johannes Kleiman – mas não levaram Miep Gies e Elisabeth (Bep) Voskuijl –, e pegaram todo o dinheiro e os objetos de valor que encontraram.

[...] Depois de presos, os oito moradores do Anexo foram levados primeiro para uma prisão em Amsterdã e depois transferidos para Westerbork, campo de triagem dos judeus no norte da Holanda. Em 3 de setembro de 1944, foram deportados e chegaram três dias depois em Auschwitz (Polônia).

[...]. Margot e Anne Frank foram transportadas de Auschwitz no fim de outubro e levadas para Bergen-Belsen, campo de concentração perto de Hannover (Alemanha). A epidemia de tifo que irrompeu no

⁸ Maurice Halbwachs (2003) possibilita pensar uma dimensão da memória que ultrapassa o plano individual, considerando que as evocações de um indivíduo nunca são só suas, sendo essas indissociáveis da sociedade da qual faz parte. A memória coletiva nos reporta para além de um simples somatório de memórias individuais. Dessa forma, podemos afirmar que a memória individual é singular a um indivíduo em virtude do espaço ocupado por esse em determinado momento de sua trajetória, isto é, é individual porque os sujeitos são impactados de diferentes formas pelos elementos que compõem a memória coletiva.

⁹ Desde a primeira publicação os manuscritos do diário passaram por um processo de questionamento em torno da sua autenticidade, compreendendo alegações em torno da possibilidade de que o material tivesse outra autoria e que sua confecção remetesse ao pós-guerra. Por isso, foram submetidos à prova pelo *Instituto Neerlandês para Documentação de Guerra*. Só após a confirmação da autenticidade, a partir de um processo que compreendeu etapas como o exame de caligrafia, o diário pôde ser publicado em sua totalidade e validado definitivamente.

¹⁰ Ver o relato de Sexta-feira, 21 de junho de 1944, p. 341.

inverno de 1944-1945, em consequência das péssimas condições de higiene, matou milhares de prisioneiros, incluindo Margot e, uns dias depois, Anne. Ela deve ter morrido no fim de fevereiro ou início de março. Os corpos das duas irmãs foram provavelmente enterrados nas valas comuns de Bergen-Belsen. O campo foi liberado por tropas inglesas em 12 de abril de 1945¹¹.

O testemunho de Anne Frank tem significado singular para pensar a memória e a história do século XX, uma vez que é uma adolescente que toma a palavra para relatar aquela vivência e testemunhar os horrores do nazismo. Larrosa (2000) parte das reflexões da filósofa Hannah Arendt para pensar a relação entre natalidade, infância e totalitarismo, na esteira do que a autora discute em obras como *As origens do totalitarismo* (1951) e *A condição humana* (1958).

O nascimento de uma criança é um acontecimento que parece completamente trivial e despojado de qualquer mistério: algo habitual que se submete, sem qualquer dificuldade, à lógica daquilo que é normal, daquilo que pode ser previsto e antecipado (LARROSA, 2000, p. 186).

Socialmente não é dada nenhuma (ou quase nenhuma) importância ao ato, o momento em si, de renovação da espécie humana. O nascimento é o espaço de tempo em que a esperança da renovação poderia se fazer de forma mais premente e mais forte, significando um novo fôlego de vida para a humanidade. Trata-se do ponto inicial de um processo no qual a criança passará a ser socializada e adentrará em um mundo velho, convertendo sua diferença em semelhança. Logo, “a criança só é nova em relação a um mundo que já existia antes dela, que continuará depois de sua morte e no qual ela deve passar a sua vida” (ARENDRT, 1957, p. 08). No entanto, para além de um processo de socialização que conduz a certa continuidade em relação à história que precede a criança, vê-se que o nascimento traz algo de novo para cada ser humano. A infância “é um outro enquanto outro, não a partir daquilo que nós colocamos nela. [...] Desse ponto de vista, uma criança é algo absolutamente novo que dissolve a solidez do nosso mundo e que suspende a certeza que nós temos de nós próprios” (LARROSA, 2000, p. 187).

Ao comentar os conceitos de *natalidade* e *fundação* na filosofia política de Arendt, José Luiz de Oliveira (2013) enfatiza que:

¹¹ *O diário de Anne Frank*, Posfácio, p. 347-349.

Em termos arendtianos, é por meio do nascimento que se torna explícita a nossa condição de seres caracteristicamente sempre inacabados, pois a cada momento da História nos apresentamos como novos em um mundo de recém-chegados. Não é possível nos sentirmos como seres acabados, pois o nosso estado é um estado de vir-a-ser. A busca do *pathos* do novo produz, como uma de suas consequências, a chama que mantém viva a esperança política de que dias melhores poderão vir (OLIVEIRA 2013, p. 156).

Considerando a infância como uma *novidade radical* em relação ao mundo já existente antes do nascimento, ela marca uma possibilidade de rompimento na cultura. A criança enquanto este outro enigmático, que não se pode explicar porque ela solta-se de toda e qualquer forma de circunscrição ou limitação é uma espécie de renovação em relação aos já existentes. Assim, pensar a infância como um *milagre*, cunhando o termo presente na obra do Larrosa, significa lê-la como a possibilidade de mudança. Todavia, essa novidade e essa oportunidade da transformação é algo perigoso para aqueles que desejam a manutenção do *status quo*. É neste sentido que Arendt (1957) pensou a relação entre a infância, como essa novidade radical frente aos regimes totalitários.

O sistema totalitário é uma ordem estável e estabilizada, à qual repugna a incerteza. Por isso, o totalitarismo supõe a pretensão de projetar, planificar e fabricar o futuro, ainda que para isso tenha de antecipar e produzir, também, as pessoas que viverão no futuro, de modo que a continuidade do mundo permaneça garantida. O terror totalitário poderá identificar-se, então, com a redução e, no limite, com a destruição da novidade inscrita no nascimento e com a correspondente pretensão de escrever antecipadamente a história (LARROSA, 2000, p. 190).

A infância acaba por soar como ameaça para os regimes totalitários, uma vez que estes não admitem a possibilidade da transformação na história, mas exige que tudo seja encadeado de acordo com um projeto totalitário já imposto. Essa forma de governo que tem no terror uma de suas características principais cria as formas para inviabilizar a infância, matá-la como novidade radical e adestrá-la ao já dado como possível. Diante das investidas de um poder totalitário, sujeitos como Anne Frank tornam-se, na ótica do filósofo italiano Giorgio Agamben (2010), verdadeiras *vidas nuas*,¹² dado que são corpos e subjetividades expostas a tais relações de dominação.

¹² Compreendemos por vida, na esteira de Agamben (2010), a vida de sujeitos vulneráveis a todo tipo de violência seja por parte da sociedade ou mesmo pelo Estado. São vidas passíveis de perderem-se, mas que são tomadas e absorvidas pela tecnologia biopolítica de gestão dos corpos individuais como forma de submetê-los a outro tipo de controle, apesar e através das promessas de assistência e bem-estar social.

As reflexões de Arendt em torno da ação violenta do poder totalitário sobre a infância, buscando destruí-la por considerá-la uma ameaça potencial ao seu projeto dominador permitem pensar como Anne Frank pode simbolizar essa infância interdita, dada a ameaça que ela significava do ponto de vista cultural e político para o projeto antisemita de Hitler e seu aparelho de Estado. Um exemplo usado por Hannah Arendt para demonstrar como se opera esse sistema de matança da novidade é o caso do nascimento de Jesus Cristo. “O nascimento de Jesus representa, para ela, a expressão mais nítida e condensada das qualidades de todo o nascimento: o milagre do aparecimento da novidade radical no mundo e a possibilidade sempre aberta da inauguração de um novo começo na história” (LARROSA, 2000, p. 189).

Cristo simbolizaria um exemplo da infância como milagre, ou seja, como a novidade capaz de mudar o curso da história. Entretanto, havia a figura de Herodes, que representava o regime que não admitia mudança, mas queria converter o enigma em algo planejado, projetado, administrado e controlado.

É justamente para preservar o que é novo e revolucionário em cada criança que a educação deve ser conservadora. Ela deve proteger a novidade e introduzi-la como uma coisa nova num mundo velho que, por mais revolucionárias que sejam as suas ações, do ponto de vista da geração seguinte é sempre demasiado velho e está sempre demasiado próximo da destruição (ARENDR, 1957, p. 12).

O modo como a filósofa trabalhou a noção de conservação é bastante distinta do modo como se tornou comum usar o termo conservadorismo, visto que, é possível perceber que conservar, para ela, não está relacionado com a manutenção de um modelo político, social ou administrativo. Conservar, nessa perspectiva, significaria salvaguardar, preservar a possibilidade da mudança. Incorporando esta reflexão ao campo da educação podemos afirmar que ela propõe que o processo educativo seja orientado o tempo inteiro pela observância no princípio do respeito a este outro e as suas variadas possibilidades de expressão. É preciso conservar em cada sujeito uma potência, ou seja, manter acesa a chama da invenção e da criação. Assim, é importante respeitar e valorizar o enigma da infância, o seu grau de incerteza e novidade, pois, segundo ela, “a nossa esperança reside sempre na novidade que cada nova geração traz consigo” (ARENDR, 1957, p. 12).

Tomar a vida como questão política significa atribuir a ela significados muito específicos e um determinado horizonte com expectativas e possibilidades já desenhadas.

Considerações finais

O testemunho de Anne Frank tem um apelo tão significativo para pensar a condição humana que justamente por ter se transformado em uma espécie de carta aberta ao mundo, mostrou os contornos de um momento histórico que inviabilizou a realização de seus projetos de ser escritora, estudiosa da mitologia grega e uma mulher que não iria se adequar integralmente aos rótulos exigidos socialmente. Lemos no diário o relato de uma menina que ao falar de seus conflitos nos permite pensar a vida em permanente ebulição, em constante construção. A vitalidade do discurso de Anne, sua vontade de viver, de crescer, ler e aprender mais nos comove na medida em que estamos situados em um presente do qual vemos o processo anterior e posterior ao seu relato.

Talvez a pergunta inquietante da pesquisadora Sandra Mara Corazza (2002) enunciada na frase “O que faremos com o que fizemos da infância?” soe como pergunta geradora de novos questionamentos sobre a história da infância. O relato de Anne Frank pode e deve continuar sendo divulgado, comentado, disseminado, mas não no sentido apenas de reforçar uma lembrança dolorosa e certa cultura da memória da *Shoah* marcada pelas narrativas traumáticas, mas como mobilizadora e multiplicadora de potências criativas e éticas sobre o mundo, o saber e a vida.

Referências

AGAMBEN, Giorgio. **Homo sacer – o poder soberano e a vida nua**. 2 ed. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2010.

ARENDT, Hannah. **A condição humana**. Tradução de Roberto Raposo. Posfácio de Celso Lafer. 10 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

ARENDT, Hannah. **A crise na educação**. Disponível em: http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/otp/hanna_arendt_crise_educacao.pdf. Acesso em 28 de jun. 2017.

ARENDT, Hannah. **As origens do totalitarismo**. Tradução de Roberto Raposo. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

CERTEAU, Michel de Certeau. **História e psicanálise: entre ciência e ficção**. Tradução de Guilherme João de Freitas Teixeira. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.

CORAZZA, Sandra Mara. O que faremos com o que fizemos da infância? In: **Infância e Educação. Era uma vez... quer que conte outra vez?** Petrópolis, RJ: Vozes, 2002, p. 191-204.

CUNHA, Maria Teresa. Diários pessoais – territórios abertos para a História. In: PINSKY, Carla Bassanezi & LUCA, Tânia Regina de. **O historiador e suas fontes.** São Paulo: Contexto, 2015, p. 252-280.

FAULENBACH, Bernd. La cultura de la memoria en Alemania. In: Ignacio, Olmos; Nikky, Keilholz-Rühle, eds. 2010. **La cultura de la memoria.** La memoria histórica en España y Alemania. Madrid / Frankfurt: Iberoamericana / Vervuer, 2010.

FREITAS, Marcos César de & KUHLAMN JR, Moysés (Orgs.). **Os intelectuais na história da infância.** São Paulo: Cortez, 2002.

GOMES, Angela de Castro. Escrita de si, escrita da História: a título de prólogo. In: **Escrita de si, escrita da história.** RJ: FGV, 2004.

HALBWACHS, Maurice. **Memória coletiva.** São Paulo: Editora Centauro, 2003.

LAJOLO, Marisa. Infância de papel e tinta. In: FREITAS, Marcos Cezar de. **História social da infância no Brasil.** São Paulo: Editora Cortez, 1997, pp. 229-250.

LARROSA, Jorge. O enigma da infância. In: **Pedagogia profana – danças, piruetas e mascaradas.** Tradução de Alfredo Veiga-Neto. 3 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000, p. 183-198.

LE GOFF, Jacques. **História e memória.** Tradução de Bernardo Leitão. 7 ed. Campinas, SP: Ed. da Unicamp, 2013.

MORONI, Andreia. **A edição de diários íntimos e o caso de Anne Frank.** In: V Encontro dos Núcleos de Pesquisas da Intercom. s/l, s/d.

O DIÁRIO DE ANNE FRANK. Edição definitiva por Otto H. Frank e Mirjam Pressler. Rio de Janeiro e São Paulo: Editora Record, 2015.

OLIVEIRA, José Luiz. A categoria da natalidade e da fundação no pensamento político de Hannah Arendt. **Argumentos**, Ano 5, n. 9, Fortaleza, Jan/Jun, 2013.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 1989, p. 3-15.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento.** Campinas: Ed. da UNICAMP, 2007.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. Literatura de testemunho: os limites entre a construção e a ficção. **Letras – Revista do Mestrado em Letras da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)**. Janeiro-Junho de 1998.